



LÍNGUA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU: OS DESAFIOS DO PLURILINGUISMO

22 setembro 2026

Na Guiné-Bissau, a política linguística cruza a fragilidade do Estado, a cooperação para o desenvolvimento, a construção institucional, a educação e a cidadania. O plurilinguismo não constitui um problema a eliminar, mas uma arquitetura social que deve ser reconhecida pelas políticas públicas e que pode ser potenciada pela cooperação, em prol do desenvolvimento do país.

A Guiné-Bissau mostra que uma comunidade de língua portuguesa não deve ser confundida com uma comunidade monolíngue. O português é a língua oficial do Estado, da administração, de grande parte da produção legislativa, do ensino formal e da ligação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No quotidiano, porém, convive com o crioulo guineense, língua comum de comunicação nacional, e com várias línguas africanas que estruturam pertenças familiares, memórias coletivas e formas próprias de sociabilidade. A questão central não é, por isso, saber se o português deve substituir o crioulo ou as línguas nacionais. É compreender como pode afirmar-se como língua de educação, cidadania, conhecimento e comunicação internacional sem enfraquecer as línguas em que muitos guineenses aprendem a nomear o mundo.

A língua é também um instrumento de poder, de acesso a oportunidades, de inserção regional e de participação em comunidades internacionais. Na Guiné-Bissau, a política linguística cruza a fragilidade do Estado, a cooperação para o desenvolvimento, a construção institucional, a educação e a cidadania. O futuro do português depende menos de uma competição simbólica com outras línguas do que da capacidade de contribuir para mais inclusão, melhor escola, instituições mais sólidas e circulação internacional de estudantes, profissionais e ideias.

Português, crioulo e cidadania

Os dados disponíveis confirmam a natureza plurilíngue da sociedade guineense. O Censo de 1992 indicava uma presença minoritária do português como primeira língua, embora o

seu conhecimento aumentasse quando se consideravam usos como segunda, terceira ou quarta língua. Indicava que 10,4% da população afirmava falar português e 51,8% afirmava falar crioulo (Zeverino, 2003). O Censo de 2009 revelou que 90,4% da população de nacionalidade guineense declarava falar crioulo e 27,1% declarava falar português (INE, 2009, p. 10). Estes dados não devem ser comparados de forma mecânica, porque resultam de instrumentos censitários diferentes, mas permitem sustentar uma conclusão: o crioulo consolidou-se como língua nacional de contacto e o português ampliou a sua presença como língua conhecida, sem se transformar na língua dominante da vida familiar e comunitária.

Uma educação multilíngue exige professores preparados, materiais didáticos, investigação linguística, acompanhamento pedagógico e avaliação. Não basta autorizar o uso do crioulo na sala de aula.

O crioulo guineense não é um português incompleto. É uma língua historicamente formada no contacto entre o português e línguas africanas, apropriada pelos guineenses e dotada de usos próprios. Circula nos mercados, na rádio, na música, no humor, nos transportes, nas relações de vizinhança e na comunicação política. Ao lado dele, línguas como o balanta, o fula, o mandinga, o papel, o manjaco ou o felupe conservam conhecimentos, vínculos de parentesco, práticas religiosas e formas de transmissão oral. O plu-

rilinguismo não constitui, portanto, um problema a eliminar, mas uma arquitetura social que deve ser reconhecida pelas políticas públicas.

O português, por sua vez, desempenha funções que não podem ser ignoradas. É indispensável para o acesso à administração, à documentação escrita, ao ensino superior, a parte significativa da comunicação internacional e à pertença à CPLP. O problema não reside na existência da língua oficial, mas na desigualdade de condições para a aprender. Quando uma criança inicia a escola sem domínio suficiente do português e é avaliada como se este fosse a sua língua materna, a dificuldade linguística pode ser confundida com falta de capacidade. A língua oficial transforma-se, nesse caso, num filtro invisível de cidadania.

A escola como lugar decisivo

É na escola que a relação entre língua, desenvolvimento e inclusão se torna mais concreta. Para muitas crianças, o primeiro contacto sistemático com o português ocorre no ensino formal. A língua que permite compreender uma orientação do professor, contar uma experiência familiar ou pedir ajuda pode não coincidir com a língua do manual, do exame ou da resposta considerada correta. Ensinar português como se fosse língua materna de todos produz exclusão; afastá-lo da escola privaria os alunos de oportunidades de continuidade de estudos, mobilidade e acesso a redes internacionais. A resposta mais coerente é uma política de complementaridade: utilização pedagógica das línguas que os alunos já dominam, introdução progressiva e qualificada do português como língua segunda ou adicional, formação adequada de professores e produção de materiais contextualizados. O Plano Setorial da Educação 2017-2025 já reconhecia esta necessidade ao prever a elaboração de



uma política linguística, a atualização do mapa linguístico e a promoção conjunta do português, do crioulo e das línguas nacionais no ensino e na qualificação (Ministério da Educação Nacional, 2017, pp. 44-45).

O desafio principal está na implementação. Uma educação multilingue exige professores preparados, materiais didáticos, investigação linguística, acompanhamento pedagógico e avaliação. Não basta autorizar o uso do crioulo na sala de aula. É necessário definir quando, com que objetivos e de que modo este se articula com a aprendizagem progressiva do português. Os conteúdos devem ainda partir de realidades reconhecíveis para os alunos: tabancas, rios, mangais, mercados, nomes, histórias, atividades económicas e problemas do quotidiano.

Cooperação e capacidade institucional

A experiência da cooperação portuguesa confirma que a promoção da língua se concretiza muito para além das declarações oficiais. As Oficinas em Língua Portuguesa, iniciadas no final da década de 1990, combinaram apoio pedagógico, bibliotecas, clubes de leitura, feiras do livro, elaboração de materiais e formação de professores guineenses. Depois da guerra civil de 1998-1999, o Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG), iniciado no ano letivo de 2000-2001, procurou dar continuidade a esse trabalho e alargar o enfoque à qualidade do sistema educativo.

As avaliações disponíveis mostram resultados positivos, mas também riscos. Rui da Silva e Joana Oliveira (2020) assinalaram efeitos na formação contínua e na motivação dos professores, ao mesmo tempo que alertaram para a possibilidade de uma presença externa prolongada gerar dependência nas comunidades escolares. Esta observação é essencial: a cooperação não deve medir o sucesso pela sua indispensabilidade, mas pela capacidade de deixar instituições, competências e redes que continuem a funcionar quando os projetos terminam. Nas décadas seguintes, a intervenção institucional diversificou-se. O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. manteve polos de língua portuguesa, leitorados, centros culturais e ações de apoio pedagógico. As escolas superiores

de educação portuguesas de Setúbal, Leiria e Viana do Castelo participaram na formação de professores e no desenvolvimento de materiais. A presença brasileira, através do Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau, hoje integrado na rede do Instituto Guimarães Rosa, da Agência Brasileira de Cooperação e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), acrescentou uma dimensão pluricêntrica à cooperação em língua portuguesa. O português passou a ser promovido por instituições com tradições pedagógicas e variantes culturais distintas.

A liderança das autoridades guineenses e a existência de um mecanismo permanente de coordenação dos parceiros da língua e da educação são condições para transformar projetos dispersos em capacidade institucional.

Esta pluralidade é uma oportunidade e um risco. Pode demonstrar que o português pertence a vários povos e não a um único centro normativo. Mas pode também gerar fragmentação, duplicação de esforços e prioridades definidas de fora se não existir coordenação nacional. A liderança das autoridades guineenses e

a existência de um mecanismo permanente de coordenação dos parceiros da língua e da educação são condições para transformar projetos dispersos em capacidade institucional.

A língua do Direito

Existe ainda uma dimensão menos visível da política linguística: o Direito. A Constituição, as leis, os regulamentos, os contratos públicos, as decisões judiciais e grande parte da comunicação administrativa são redigidos em português. Formar juristas nesta língua significa formar pessoas que interpretam regras, defendem direitos, administram a justiça e transformam decisões políticas em normas aplicáveis.

A cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau mostra como a língua portuguesa pode sustentar construção institucional. Desde a criação da Faculdade de Direito de Bissau, em 1990, o apoio científico e pedagógico português contribuiu para a formação de magistrados, advogados, docentes e quadros superiores da administração. Até ao ano letivo de 2009-2010, a Faculdade tinha formado 307 licenciados em Direito; em 2010-2011, registava ainda um doutor, trinta mestres e um número crescente de docentes guineenses envolvidos na regência e colaboração das disciplinas (Vicente, 2011).

A relevância linguística deste processo é profunda. O Direito exige precisão terminológica, escrita rigorosa e capacidade de argumentação. Quando juristas gui-

FIGURA 1. MARCOS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA E EDUCATIVA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das fontes indicadas no texto: Zeverino (2003), INE (2009), Ministério da Educação Nacional (2017), Camões, I.P. (2022, 2025), IILP (2025) e UNESCO-IBE (2025).

Período	Marco	Relevância
1992	Censo linguístico	Português surge como língua minoritária (utilizada por 10,4% da população), mas com uso alargado enquanto segunda, terceira ou quarta língua e 51,8% declaravam falar crioulo.
1998-1999	Conflito político-militar	Interrupção de escolas, evacuação de cooperantes e perda ou inacessibilidade de materiais educativos.
2000-2001	Início do PASEG/Cooperação Portuguesa	Retoma estruturada do apoio ao ensino, com formação, acompanhamento pedagógico e promoção do português.
2009	Recenseamento geral	90,4% declaravam falar crioulo e 27,1% declaravam falar português, confirmando a sociedade plurilingue.
2017-2025	Plano Setorial da Educação	Reconhecimento da necessidade de política linguística, mapa linguístico e promoção conjunta do português, crioulo e línguas nacionais.
2022-2025	Polos e formação	Reforço de polos de língua portuguesa, unidades de apoio pedagógico e leitorado na Escola Superior de Educação Tchico Té.
2025	Congresso e estudos multilingues	Debate internacional sobre ensino do português em contextos multiculturais e estudos sobre utilização do crioulo e línguas nacionais no ensino.



neenses estudam, ensinam e produzem doutrina sobre o seu próprio ordenamento, o português deixa de ser apenas uma língua herdada e transforma-se em língua de criação jurídica nacional. A participação da Guiné-Bissau no espaço jurídico da Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA) reforça esta função de ponte entre a tradição jurídica lusófona e a integração regional oeste-africana.

Mas a língua do Direito só cumpre plenamente a sua função democrática se o cidadão conseguir compreender o Estado que ela organiza. O rigor técnico do português jurídico deve ser acompanhado por linguagem administrativa clara, educação para a cidadania, divulgação simplificada das leis e, quando necessário, explicação em crioulo ou noutras línguas nacionais. Não se trata de substituir o português nos atos formais, mas de impedir que a língua oficial restrinja o acesso à justiça.

Fragilidade e resiliência

A fragilidade do Estado guineense não é apenas o cenário da política linguística; altera diretamente as condições em que uma língua pode ser ensinada e aprendida. A aquisição escolar do português exige anos de exposição regular, professores presentes, materiais disponíveis e avaliações coerentes. Quando o ano letivo é interrompido, os salários não são pagos, a liderança ministerial muda repetidamente ou a escola deixa de funcionar, a continuidade necessária à aprendizagem de uma língua segunda desaparece. Por esta razão, a cooperação linguística em Estados frágeis deve incorporar uma estratégia de resiliência: formar equipas guineenses suficientemente amplas, descentralizar recursos, assegurar cópias dos materiais, criar soluções pedagógicas de baixa tecnologia, manter redes de professores durante crises e prever mecanismos rápidos de retoma. A continuidade educativa deve ser tratada como dimensão de segurança humana e de cidadania.

A CPLP como comunidade plurilingue

O caso guineense tem uma lição para toda a CPLP. A língua portuguesa é o elo institucional comum, mas não esgota o património linguístico dos seus membros. Uma comunidade plurilingue deve

apoiar programas de educação bilingue e multilingue, investigação comparada, formação de professores, produção editorial e circulação de obras entre portugueses, crioulos e línguas nacionais. Deve favorecer a tradução, porque traduzir é reconhecer que nenhum idioma contém sozinho toda a experiência humana.

A cooperação linguística em Estados frágeis deve incorporar uma estratégia de resiliência. (...) A continuidade educativa deve ser tratada como dimensão de segurança humana e de cidadania.

No século XXI, a legitimidade da língua portuguesa dependerá menos da afirmação simbólica da sua primazia e mais da sua utilidade concreta. Terá futuro na Guiné-Bissau se for aprendida com qualidade, usada sem medo, associada a oportunidades e capaz de dialogar com as línguas que estruturam a vida social. Terá menos futuro se permanecer ligada apenas à escola, à burocracia, à distância social ou a uma antiga ideia de tutela cultural.

A política linguística mais adequada não escolhe entre línguas: constrói pontes. O português oferece acesso ao Estado, à CPLP e a redes internacionais. O crioulo assegura comunicação nacional e expressão cultural. As línguas africanas conservam patrimónios comunitários e conhecimentos locais. A soberania linguística da Guiné-Bissau consiste em articular esses recursos segundo as necessidades dos seus cidadãos, e não em ordenar as línguas de acordo com fidelidades externas. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.24>

Referências

- Banco Mundial (2026). *Guinea-Bissau: Overview*. World Bank Group.
- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (2022). *Guiné-Bissau: inauguração da Unidade de Apoio Pedagógico/ Polo de Língua Portuguesa de Bissau*. Lisboa: Camões, I.P.
- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (2025). *Aviso de recrutamento de leitor para a Escola Superior de Educação Tchico Té, Bissau, ano letivo de 2025-2026*. Lisboa: Camões, I.P.
- Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estatística – INE (2009). *Características socioculturais: Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação – 2009*. Bissau: INE. https://stat-guineebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgh1/caracteristicas_socio_cultural.pdf
- Guiné-Bissau, Ministério da Educação Nacional (2017). *Plano Sectorial da Educação 2017-2025*. Bissau: Ministério da Educação Nacional.
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP (2025). *I Congresso Internacional do Ensino da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau*. Praia: IILP.
- Silva, Rui da, & Oliveira, Joana (2020). Impactos e efeitos de programas de cooperação para o desenvolvimento em escolas: um olhar focado sobre o Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau. In *Cadernos de Estudos Africanos*, 39 (Educação e Cooperação: Desafios de uma agenda global), pp.85-111. Lisboa: CEI-iscte. <https://doi.org/10.4000/cea.4826>
- UNESCO-IBE (2025). *Guinea-Bissau: nota institucional sobre educação multilingue e utilização do crioulo e das línguas nacionais como meios de ensino e aprendizagem*. Genebra: UNESCO International Bureau of Education.
- Vicente, Dário Moura (2011). *Guiné-Bissau: Conferência Nacional para a Paz*. Lisboa: Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. <https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Vicente-Dario-Guine-Bissau-Conferencia-Nacional-para-a-Paz.pdf>
- Zeverino, Guilherme Jorge Rodrigues (2003). *O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa: Universidade Moderna.